

Amazonas assina convênio com MiniCom para programa Redes Digitais da Cidadania

O Ministério das Comunicações assinou, nesta terça-feira (27), acordos de cooperação técnica e convênios com as secretarias de Ciência e Tecnologia e Fundações de Amparo à Pesquisa de 11 estados para o programa Redes Digitais da Cidadania.

Lançado em agosto, o programa vai apoiar projetos de inclusão digital com a participação dos departamentos de extensão das universidades federais e estaduais. Os estados escolhidos nessa primeira fase foram Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Amazonas, Paraná e Acre.

O ministro das Comunicações Paulo Bernardo afirmou que a participação dos estados é essencial para entender as diferentes realidades do país. Disse ainda que o Redes Digitais da Cidadania servirá de base para o PNBL 2.0, que pretende universalizar a internet no país: "Nós vamos juntos desenvolver muitas soluções com esse trabalho para que sirvam de base para a montagem do nosso Plano Nacional de Banda Larga 2.0".

Leia também:

[Ministério das Comunicações e Governo do Amazonas assinam acordo de cooperação técnica para o Programa Redes Digitais](#)

O programa conta com o aporte de R\$ 23,7 milhões pela Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações e contrapartida de R\$ 5 milhões das fundações. O prazo de execução é de 24 meses.

A assinatura do acordo é vista como positiva para o Estado, pois parcerias como estas tendem a se interiorizar nos Campis da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e nos Institutos Federais de Educação Tecnológica (Ifs), beneficiando os municípios onde estão localizadas essas instituições.

De acordo com o titular da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI-AM) e presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), Odenildo Sena, o acordo é estratégico, pois as secretarias de CT&I conhecem as realidades de seus estados e as ações a serem implementadas ficam mais bem direcionadas. Há também, como resultado, a soma dos recursos a serem investidos, federal e estadual, totalizando um aporte financeiro maior para os projetos.

A inclusão digital ao alcançar o interior do estado de maneira eficaz beneficia não somente as instituições de ensino, pesquisa e extensão, mas também hospitais, órgãos públicos e a população em geral.

SOBRE O PROGRAMA

SEM CATEGORIA

Postado em 29/11/2012

O Redes Digitais da Cidadania vai apoiar projetos de inclusão digital dentro dos seguintes temas: capacitação de técnicos e gestores municipais no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); capacitação de micro e pequenas empresas no uso das TICs para melhoria da competitividade; apoio à qualificação do uso dos equipamentos públicos de acesso à internet; profissionalização nas cadeias produtivas da agricultura familiar; TICs direcionadas ao trabalho, emprego e renda e apoio ao desenvolvimento de produtos e serviços em micro-empresendimentos de TI e provedores locais.

O lançamento do programa contou com a participação do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, o secretário-executivo Cezar Alvarez, a secretária de Inclusão Digital, Lygia Pupatto, o presidente da Anatel, João Rezende, o presidente do Consecti, Odenildo Sena, e o presidente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), Mario Neto Borges.

Fonte: CIÊNCIAemPAUTA, com informações da Ascom do Ministério das Comunicações